

Ex.mos Sres.

Junto enviamos nossa apreciação aos Projectos de Lei nºs 974/XIV(PS), 983/XIV(Deputada Cristina Rodrigues), 988/XIV(IL) e 989/XIV(PAN) e Projecto de Lei nº 996/XIV/3ª (BE).

Com os melhores cumprimentos,

Cândido Almeida



**USB / CGTP-IN**

União dos Sindicatos do Distrito de Braga | CGTP-IN  
Rua dos Biscainhos, 81/87  
4700-415 Braga  
Portugal

Telefone: +351 253 217867

Móvel: +351 96 4248177

Fax: +351 253 217877

E-mail: [usb Braga@gmail.com](mailto:usb Braga@gmail.com)

Webpage: <http://uniaosindicatosbraga.blogspot.pt/>

## **Projectos de Lei nºs 974/XIV(PS), 983/XIV(Deputada Cristina Rodrigues), 988/XIV(IL) e 989/XIV(PAN) – alterações ao regime das associações públicas profissionais**

**(Separata nº 72, DAR, de 25 de Outubro de 2021)**

### **APRECIAÇÃO DA USB/CGTP-IN**

Considerando que todos estes projectos de lei versam sobre a mesma matéria relacionada com o regime jurídico das Ordens Profissionais, a USB/CGTP-IN entende pronunciar-se na generalidade sobre todos eles e centrando-se nas questões que, quanto a nós, se relacionam mais estritamente com os direitos e interesses dos trabalhadores, nomeadamente o direito fundamental à livre escolha da profissão e o regime dos estágios profissionais para acesso a determinadas profissões.

As Ordens Profissionais são associações de direito público que representam profissões que, pela sua natureza e tendo em conta os interesses públicos prosseguidos, necessitam de ser regulamentadas, nomeadamente no que respeita ao controlo do respectivo acesso e exercício, fixação de princípios e regras deontológicas próprias e um regime disciplinar autónomo.

As Ordens Profissionais são criadas prioritariamente para defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e salvaguarda do interesse público e desempenham um papel que caberia em princípio ao Estado, recebendo para o efeito poderes que originariamente pertencem ao Estado (mecanismo da devolução de poderes).

De sublinhar que as Ordens Profissionais não existem para representar interesses profissionais, estando-lhes expressamente vedado o exercício de funções próprias das associações sindicais, ou seja funções de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

As presentes propostas de alteração do regime jurídico das Ordens Profissionais surgem no âmbito do regime de acesso e exercício de profissões e actividades profissionais, que tem como objectivo assegurar que as regras nacionais de acesso às profissões reguladas não constituem um obstáculo injustificado e desproporcionado ao exercício do direito fundamental à livre escolha de uma actividade profissional, nomeadamente no quadro das exigências da UE relativas ao funcionamento do mercado interno.

Saliente-se que, neste quadro, a UE tem vindo a considerar que os Estatutos das Ordens Profissionais constituem obstáculos ao acesso e livre exercício de algumas profissões regulamentadas.

As alterações propostas pelos Projectos de Lei em apreciação reconhecem na generalidade, em maior ou menor medida, que de facto as Ordens Profissionais impõem restrições injustificadas no acesso à profissão, com especial destaque para a forma como organizam e aplicam a obrigatoriedade de frequência de cursos de formação e/ou de realização de estágios para exercício da profissão.

Na realidade, a subsistência da figura das Ordens Profissionais para exercício de poderes do Estado na regulação do acesso e exercício de determinadas profissões não deixa de ser uma manifestação corporativista, sobretudo porque na prática estas Ordens, ao invés de se limitarem ao seu papel de regulação da profissão e de defesa do interesse público e dos direitos dos cidadãos, têm vindo a assumir com cada vez maior intensidade a defesa dos interesses instalados em determinadas profissões, criando restrições ao acesso de novos profissionais, nomeadamente através de exigências que frequentemente extravasam o seu legítimo âmbito de acção.

O caso dos estágios exigidos para o acesso e exercício da profissão é paradigmático das restrições impostas pelos Estatutos das Ordens Profissionais, sobretudo porque tratando-se de estágios que na generalidade dos casos não são obrigatoriamente remunerados e têm uma duração considerável, constituem uma discriminação dos candidatos ao exercício da profissão em função da sua condição económica. O mesmo sucede com a exigência de frequência de cursos de formação e exames (normalmente pagos) em que os candidatos são chamados a prestar provas sobre matérias já leccionadas e avaliadas pelas instituições de ensino superior que frequentaram.

No entender da CGTP-IN, estes estágios profissionais exigidos pelas Ordens para acesso às profissões regulamentadas devem estar sujeitos ao mesmo regime que qualquer outro estágio profissional, designadamente o regime previsto no Decreto-Lei nº 66/2011, de 1 de junho, revogando-se para o efeito as excepções estabelecidas neste diploma e que visam isentar os estágios profissionais exigidos pelas Ordens do cumprimento das regras nele estabelecidas, sobretudo no que respeita à obrigação de remuneração e de inscrição num regime de protecção social..

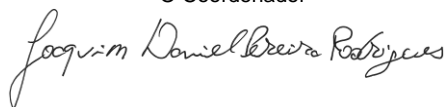
Por outro lado, também temos assistido com frequência à intervenção de algumas Ordens em áreas que pertencem exclusivamente aos sindicatos, designadamente exigências salariais e outras condições de trabalho, que lhes estão expressamente vedadas por lei, o que não é aceitável, considerando que a função das Ordens não é essa.

Em conclusão, no entender da USB/CGTP-IN, o regime jurídico das associações públicas profissionais deve ser alterado na justa medida do necessário para revogar todas as restrições injustificadas que os respectivos estatutos impõem no acesso às profissões em causa, nomeadamente através da obrigação de frequência de estágios não remunerados e frequência de cursos de formação e exames pagos, e para limitar os poderes e competências destas associações públicas ao seu devido papel de regulação da profissão e defesa do interesse público e dos direitos dos consumidores.

25 de Novembro de 2021

Pela Direcção da USB/CGTP-IN

O Coordenador



## Projecto de Lei nº 996/XIV/3ª (BE)

### **Majoração do período anual de férias para pessoas com deficiência (21ª alteração ao Código do Trabalho e 16ª alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)**

**(Separata nº 72, DAR, de 25 de Outubro de 2021)**

### **APRECIÇÃO DA USB/CGTP-IN**

O presente Projecto de Lei visa majorar o período de férias das pessoas com deficiência em função do seu grau de incapacidade, com base na ideia de que o seu desgaste físico e psíquico é superior, devido às dificuldades acrescidas que têm de enfrentar e necessitando por isso de um período de descanso mais alargado.

A USB/CGTP-IN nada tem a opor a esta proposta, embora a diferenciação em função do grau de incapacidade nos ofereça algumas dúvidas.

Por outro lado, considerando as imensas dificuldades que ainda subsistem na concretização dos direitos das pessoas com deficiência, nomeadamente no acesso ao emprego, não nos parece que esta seja no imediato a questão mais prioritária no âmbito das condições de trabalho das pessoas com deficiência.

25 de Novembro de 2021

Pela Direcção da USB/CGTP-IN

O Coordenador

